



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA
Rua São Luís, 77 - Bairro Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: (51) 3320-2100
- www.crea-rs.org.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 2025.000002453-6

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

- 1.1. *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS, MEDIANTE ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE 01 (UM) OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL PARA O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS*, conforme especificações constantes no Termo de Referência.
- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
- 1.3. O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite legal.

2. FUNDAMENTAÇÃO / JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

- 2.1. A contratação tem fundamento na Lei nº 14.133/2021 e demais regulamentos correlatos, bem como no Estudo Técnico Preliminar.
- 2.2. Os serviços objeto da contratação, justificam-se por serem essenciais ao bom funcionamento dos segmentos da Sede e das Inspetorias do *CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*, viabilizando melhor desenvolvimento dos trabalhos de acordo com as normas regulamentares vigentes, em decorrência da inexistência de um profissional especializado no âmbito do Quadro de Funcionários do CREA-RS para atendimento dos serviços complementares e demandas relacionados a manutenção predial de suas instalações;
- 2.3. Salientamos que os serviços de manutenção predial estão vinculados ao atendimento de necessidades permanentes, sendo imprescindíveis para o bom funcionamento dos prédios, atuando na detecção de falhas, prevenindo problemas antes que se tornem críticos, prolongando a durabilidade das instalações e sobretudo, garantindo a segurança dos usuários.
- 2.4. Os serviços a serem contratados têm natureza continuada, pois sua interrupção podem comprometer o desempenho das atividades da Administração e o bom funcionamento do CREA-RS, enquadrando-se na categoria de serviços comuns por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado.
- 2.5. As atividades a serem desenvolvidas se darão por profissional cuja categoria é reconhecida legalmente e está relacionada na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

3. DETALHAMENTO/ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

- 3.1. **Oficial de Manutenção Predial - Código CBO (Portaria MTE nº 397/2002): 5143-25**
- 3.2. **Descrição Sumária:** Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos, trabalhando seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.
- 3.3. **DOS REQUISITOS**
- 3.3.1. Grau de Instrução mínimo: Ensino básico/fundamental (1º grau ou equivalente) completo.
- 3.3.2. Formação em Curso Técnico ou de profissionalização na área de Artífice/Manutenção Predial/Mecânica-Elétrica ou equivalente.
- 3.3.3. Experiência mínima de 12 meses na execução de atividades equivalentes e compatíveis com as que serão desempenhadas, a ser comprovada mediante apresentação da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), ou documento equivalente, ou ainda, declaração/certificação emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 3.4. **DA JORNADA DE TRABALHO**
- 3.4.1. Os serviços de **Oficial de Manutenção Predial** serão executados de segunda-feira à sexta-feira, com carga horária de 8h48 diárias, no período compreendido entre 8:00Hs e 18:00Hs, com possibilidade de complementação, respeitada a jornada semanal de até 44 horas, com intervalo para almoço/descanso de 1 hora (60 minutos).
- 3.4.2. Excepcionalmente, aos sábados, domingos e feriados, e nos períodos noturnos de segunda a sexta-feira, os serviços, quando necessários, serão prestados em regime de chamada eventual para os casos de urgência, mediante regime de compensação de jornada.

3.5. **DAS HABILIDADES**

- 3.5.1. Comunicação: capacidade de escutar e de transmitir ideias com desenvoltura, coerência, clareza e objetividade;
- 3.5.2. Criatividade: capacidade de encontrar métodos ou objetos para executar as atividades de maneira nova ou diferente do habitual;
- 3.5.3. Ética: capacidade de adotar comportamentos e relacionamentos que observem os valores e normas adotados no ambiente de trabalho;
- 3.5.4. Gerenciamento do tempo: capacidade de gerenciar o próprio tempo, desenvolvendo as atividades com agilidade e precisão, sem prejuízo da qualidade;
- 3.5.5. Resolução de problemas: capacidade de percepção, iniciativa e criação de estratégias efetivas para resolver situações novas ou mal definidas, capacidade de enfrentar e solucionar situações de emergência.

3.6. **DAS ATITUDES:**

- 3.6.1. Disposição: capacidade de estar sempre alerta e disponível, iniciativa, entusiasmo, organização profissional, eficiência e comprometimento com o trabalho;
- 3.6.2. Urbanidade: educação e sociabilidade ao interagir com terceiros e desenvolver trabalhos em equipe, controle emocional;
- 3.6.3. Pontualidade: capacidade de realizar os compromissos e afazeres dentro do prazo estipulado, com exatidão e regularidade;
- 3.6.4. Proatividade: capacidade de prever, reconhecer e assumir a responsabilidade de interferir e fazer com que as coisas importantes aconteçam;
- 3.6.5. Profissionalismo: capacidade de demonstrar excelência, valores honráveis, padrões, ética e bom caráter;

3.7. **DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL**

- 3.7.1. Executar serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria, marcenaria e alvenaria no prédio Sede e nas Inspetorias do CREA-RS;
- 3.7.2. Executar manutenção elétrica, preventiva e corretiva realizando vistorias permanentes para manter equipamentos e sistema de iluminação e tomadas em perfeitas condições de funcionamento;
- 3.7.3. Realizar reparos em sistemas hidráulicos, verificando o funcionamento de registros, reparando vazamentos, desentupindo ralos, pias e vasos sanitários, consertando e trocando instalações, quando necessário.
- 3.7.4. Realizar a substituição, troca, limpeza, reparo e instalação de peças e componentes, no âmbito de sua atuação;
- 3.7.5. Recuperar rebocos, trincas, rachaduras, forros de gesso, impermeabilizar superfícies, repor cerâmicas, pisos, azulejos e pastilhas;
- 3.7.6. Montar e desmontar mobiliário, realizando mudanças de local, ajustes e consertos quando necessários;
- 3.7.7. Montar e desmontar divisórias leves e esquadrias, realizando mudanças de local, ajustes e reparos diversos;
- 3.7.8. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade de serviço e orientação técnica da Gerência de Engenharia do CREA-RS.
- 3.7.9. Zelar pela guarda, controle, organização, manutenção e conservação dos materiais, ferramentas e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços;
- 3.7.10. Providenciar, quando necessária, sinalização adequada para cada tipo de serviço, como placas com os dizeres “em manutenção”, “em obras” ou “interditado”, no caso de execução dos serviços em áreas de circulação de pessoas;
- 3.7.11. Conhecer as especificações técnicas e todas as instalações, sistemas e equipamentos que serão mantidos e reparados durante a vigência do contrato;
- 3.7.12. Interagir com as demais empresas envolvidas na manutenção das demais instalações, a fim de possibilitar o perfeito funcionamento de todos os sistemas;
- 3.7.13. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, devendo corrigir aqueles que a CONTRATANTE julgar insatisfatórios;
- 3.7.14. Adotar as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros;
- 3.7.15. Cuidar para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente aos prédios da CONTRATANTE;

3.8. **DOS PROCEDIMENTOS**

- 3.8.1. Manter limpo e harmonioso o ambiente de trabalho, cuidando dos materiais, equipamentos, máquinas e acessórios colocados sob a sua disposição;

- 3.8.2. Zelar pelo atendimento das orientações recebidas, cuidando para solicitar previamente autorização da supervisão sempre que houver necessidade de se ausentar de seu posto, mesmo que por motivo de trabalho;
- 3.8.3. Conhecer as orientações técnicas dos fabricantes quanto ao manuseio dos equipamentos e utilização dos materiais e produtos;
- 3.8.4. Não se dirigir a terceiros para solicitar benefícios pessoais no âmbito de atuação profissional;
- 3.8.5. Não fazer uso das relações de trabalho para obtenção de benefícios pessoais;
- 3.8.6. Não realizar outras atividades não correlatas àquelas desenvolvidas na unidade;
- 3.8.7. Zelar pela utilização diária do uniforme completo e crachá, bem como pelo comparecimento ao posto de trabalho em boas condições de higiene pessoal para o acesso as dependências do CONTRATANTE;
- 3.8.8. Não fazer uso das instalações, materiais e equipamentos da CONTRATANTE para fins particulares;
- 3.8.9. Manter sigilo quanto às informações que porventura tenha obtido quando do desempenho das suas funções, sob pena de advertência, suspensão e devolução à CONTRATADA;
- 3.8.10. Comunicar qualquer irregularidade no material recebido e/ou estocado, se for o caso.
- 3.8.11. Solicitar previamente ao Fiscal do Contrato autorização para movimentar bens, materiais, equipamentos ou modificar elementos existentes no prédio, a fim de facilitar a execução de seus serviços;
- 3.8.12. Fazer o transporte, horizontal e vertical, de materiais, ferramentas e equipamentos necessários e relacionados com os serviços a serem executados;

3.9. **DOS UNIFORMES**

- 3.9.1. A CONTRATADA deverá fornecer 01 (um) conjunto de uniforme completo ao empregado, no início da execução do contrato, em conformidade com as especificações usuais da categoria.
- 3.9.2. Detalhamento, descrição mínima e totalização das peças que compõem os uniformes a serem fornecidos durante a vigência contratual:
 - 3.9.2.1. Calça jeans ou de brim, cor azul ou preta, de boa qualidade (02 UN).
 - 3.9.2.2. Camiseta de malha, de boa qualidade, compatível com o ambiente de trabalho, cor a definir (04 UN).
 - 3.9.2.3. Jaleco guarda pó, comprido, em tecido de boa qualidade, mangas curtas e bolsos na parte inferior frontal, compatível com a natureza da atividade (02 UN).
 - 3.9.2.4. Bota ou calçado de segurança, compatível com a natureza dos serviços, em couro manufaturado, forro e palmilha em couro e solado de borracha (ou equivalente técnico), cor preta (02 PAR).
 - 3.9.2.5. Meia em algodão, tipo soquete, adequada ao calçado fornecido, cor a definir (04 PAR).
- 3.9.3. Deverá ser fornecido 01 (um) novo conjunto de uniforme a cada 12 (doze) meses.
- 3.9.4. O conjunto de uniforme deverá ser composto de peças compatíveis com a atividade desenvolvida pelo profissional, nas especificações e quantitativos estabelecidos.
- 3.9.5. O uso do uniforme e do crachá é obrigatório, devendo todas as peças serem fornecidas pela CONTRATADA e substituídas assim que apresentarem qualquer defeito, não podendo, em hipótese alguma, o funcionário exercer suas atividades sem estar devidamente trajado e identificado.

3.10. **DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs)**

- 3.10.1. Caberá à CONTRATADA fornecer, no mínimo, uma vez a cada ano e garantir a utilização durante a execução dos serviços, os EPIs abaixo discriminados:
 - 3.10.1.1. Luva de segurança para proteção das mãos do empregado contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes; de boa qualidade; antiderrapante; alta maleabilidade; tricotada em combinação de fibras de alta performance; revestimento reforçado na palma e dedos; possui reforço na palma e parte do dorso; punho tricotado em elástico; compatível com as atividades a serem desenvolvidas. (02 PAR)
 - 3.10.1.2. Óculos de proteção confeccionado em policarbonato óptico, com armação de nylon e hastes com comprimento regulável. (01 UN)
 - 3.10.1.3. Protetor auricular em silicone com atenuação de 16 db, com corda de segurança. (01 UN)

3.11. **DOS MATERIAIS**

- 3.11.1. Os materiais necessários para a realização dos serviços de manutenção predial serão fornecidos pelo CREA-RS.

4. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 4.1. Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à licitante como fornecedora de alocação de mão de obra para prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto deste termo de Referência.

5. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO:

5.1. O valor médio estimado para esta contratação é de **R\$ 7.384,67 (sete mil e trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) mensais e R\$ 88.616,04 (oitenta e oito mil e seiscentos e dezesseis reais e quatro centavos) anuais**, resultante da pesquisa de mercado realizada junto à 03 (três) empresas conceituadas na prestação de serviços terceirizados.

5.2. O *GRUPO LIDERANÇA* possui excelência no setor de terceirização de serviços adquiridos ao longo de 30 anos de experiência no mercado com atuação em todo o território nacional. A empresa *INCONFIDÊNCIA* possui mais de 50 anos de atuação em mais de 200 cidades no Estado do Rio Grande do Sul, consolidando seriedade e credibilidade na prestação de serviços terceirizados. A empresa *BARZ* vem prestando bons serviços para órgãos públicos, com amplo leque de atuação, garantindo uma gestão eficiente e serviços de qualidade.

5.3. Com base nessas informações, foram escolhidas as 03 (três) empresas, as quais realizaram visita prévia ao prédio Sede do CREA-RS, a fim de certificarem-se das características do local e dos serviços a serem prestados, visando a apresentação de um orçamento o mais fidedigno possível, os quais resumimos os valores na tabela abaixo:

OBJETO/EMPRESAS	GRUPO LIDERANÇA	INCONFIDÊNCIA	BARZ SOLUÇÕES	MÉDIA
Alocação de Mão de Obra de 01 (um) Oficial de Manutenção Predial para o CREA-RS	R\$ 6.596,60 mensais	R\$ 6.557,41 mensais	R\$ 9.000,00 mensais	R\$ 7.384,67 mensais
TOTAL 12 meses	R\$ 79.159,20	R\$ 78.688,92	R\$ 108.000,00	R\$ 88.616,04

Data dos Orçamentos: FEVEREIRO e MARÇO/2025

6. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Conforme pesquisa prévia junto à Contabilidade, e com base nos empenhos anteriores, as despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento, e será atendida pela seguinte dotação:

6.2.2.1.1.01.04.09.030 - Manutenção e Conservação Dos Bens Imóveis

Disponibilidade Orçamentária: R\$ 154.093,80

6.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se for o caso, será indicada após aprovação do orçamento anual respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ou termos aditivos e emissão de empenhos complementares.

7. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. O objeto desta contratação será recebido após a avaliação do fiscal do contrato.

7.2. Correrão por conta da contratada todas as despesas para realização das atividades descritas no termo de referência deste edital tais como: seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais custos decorrentes da prestação dos serviços contratados.

7.3. Se constatadas irregularidades na execução do objeto contratual o CREA/RS poderá rejeitá-la no todo ou em parte, determinando sua correção integral, ou parcial, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8. PRAZO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1. Os serviços serão prestados diariamente, de segunda a sexta-feira, e excepcionalmente em finais de semana e feriados, no Edifício Sede do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS - CREA-RS, localizado na Rua São Luiz Nº 77 - Bairro Santana - Porto Alegre - RS.

8.2. Eventualmente, conforme a necessidade, os serviços poderão ser prestados em outras Inspetorias do CREA-RS localizadas no estado do RS, mediante comunicação formal do CREA-RS.

8.3. Os serviços deverão ser iniciados em até 07 (sete) dias após a assinatura do Contrato.

8.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei.

9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila ou aditivo.
- 9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.4. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 9.5. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, mediante atesto recebimento dos serviços prestados pelo fiscal de contrato.
- 9.6. O fiscal de contrato deverá informar ao gestor do contrato eventuais falhas quando da prestação dos serviços pela contratada.
- 9.7. O gestor do contrato, com base nas informações encaminhadas pelo fiscal de contrato, tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 9.8. A execução dos serviços contratados deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 9.9. Indicamos para a fiscalização desta contratação o **Assessor e Técnico em Segurança do Trabalho Jefferson Lima do Prado**, Matrícula CREA-RS nº 1534, lotado na **GERÊNCIA DE ENGENHARIA - GENG** do CREA-RS.

10. CONDIÇÕES GERAIS E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da assinatura do contrato, prorrogável nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista a frequência de uso dos serviços.

11. SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

12. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO / VISTORIA

- 12.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.
- 12.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 12.3. A garantia, nas modalidades caução e seguro fiança, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 12.4. O contrato poderá oferecer maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.
- 12.5. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 12.6. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 12.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto;
- 12.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 12.9. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, a qual deverá ser agendada de **segunda à sexta-feira no horário das 9h às 12h e das 13h às 17h**, através do **telefone 3320.2238** com o **Assessor e Técnico em Segurança do Trabalho Jefferson Lima do Prado**.
- 12.10. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Multa:

Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia (quando solicitado na contratação);

Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.

Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 7% a 10% do valor do Contrato.

Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 7% do valor do Contrato.

13.3. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

13.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.10. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.11. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

13.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

14. DEVERES DA CONTRATADA:

14.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

14.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

14.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

14.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

14.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

14.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

14.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

14.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

14.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

14.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

14.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

- 14.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 14.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 14.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 14.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 14.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 14.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 14.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 14.1.22. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica necessários para o cumprimento do objeto contratado, sem ônus para contratante.
- 14.1.23. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.
- 14.1.24. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

15. DEVERES DA CONTRATANTE:

- 15.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 15.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 15.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 15.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 15.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 15.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 15.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 15.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.
- 15.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 15.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

- 16.1. *A contratada compromete-se cumprir fielmente a Lei Geral de Proteção de Dados, nos termos e condições a seguir relacionados:*
- 16.2. A empresa CONTRATADA, por si, seus representantes legais, funcionários, prepostos e colaboradores, obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física ("Titular") identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados"), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados Pessoais vinculados ao CREA-RS.
- 16.3. A empresa CONTRATADA obriga-se a manter os Dados Pessoais a que tiver acesso em sigilo, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a protegê-los contra acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão ("Tratamento não Autorizado ou Incidente"), bem como a não utilizar, compartilhar ou

comercializar quaisquer elementos de dados pessoais que passe a ter acesso a partir da assinatura deste termo, sendo igualmente vedada a utilização desses dados após o término da finalidade para a qual foram coletados

- 16.4. A empresa CONTRATADA, por si e seus funcionários, prepostos e colaboradores, compromete-se a:
- 16.5. Tratar como confidencial todos os documentos e dados a que vier a ter acesso em razão da intenção de firmar contrato.
- 16.6. Tratar os documentos e os dados pessoais com o mesmo nível de segurança que trata seus documentos, dados e informações de caráter confidencial
- 16.7. Tratar e usar os dados pessoais coletados para os fins de celebrar futuro contrato, mantendo-os registrados, organizados, conservados e disponíveis para consulta
- 16.8. Realizar o compartilhamento dos dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas ou acordadas com o CREA-RS
- 16.9. Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para as quais tenham sido coletados e pelo mínimo de pessoas possível, devendo ser as mesmas identificáveis
- 16.10. Conservar os dados apenas durante o período necessário à celebração da contratação. Quando da finalização da contratação, a empresa CONTRATADA poderá manter os dados pelo prazo necessário ao cumprimento de eventual obrigação legal, garantindo a sua efetiva confidencialidade
- 16.11. Notificar o CREA-RS, no prazo de até 24 horas, caso haja alguma suspeita ou incidente de segurança concreto envolvendo dados pessoais, informando os tipos de dados pessoais potencialmente comprometidos ou vazados; quaisquer medidas para mitigação ou remediação tomadas ou planejadas em resposta ao incidente, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada.
- 16.12. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição e portabilidade
- 16.13. Assegurar que todas as pessoas que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste termo, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares
- 16.14. Os dados coletados poderão estar armazenados em ambiente seguro e controlado pela empresa CONTRATADA, ou de terceiro por ele contratado desde que este terceiro assuma, por escrito, as mesmas responsabilidades em relação a proteção de dados assumidas pela empresa CONTRATADA, não podendo guardar, armazenar ou reter os dados por tempo superior ao prazo legal
- 16.15. A empresa CONTRATADA se compromete a devolver ou excluir os Dados que vier a ter acesso, em até 30 (trinta) dias, nos casos em que (i) o CREA-RS solicitar; (ii) o contrato não for renovado ou, se renovado, for rescindido
- 16.16. A empresa CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados em decorrência da violação de suas obrigações no âmbito desta contratação, da violação da legislação de proteção de dados em vigor ou da violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir ao CREA-RS por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários e custas processuais efetivamente incorridos ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação
- 16.17. O instrumento contratual constitui o acordo integral entre as Partes quanto a seu objeto, substituindo qualquer outro acordo sobre tal matéria. Alterações, aditamentos e renúncias ao contrato deverão ser realizados por escrito.
- 16.18. A forma de celebração contratual por meios eletrônicos, digitais e informáticos, é reconhecida como válida e plenamente eficaz, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto no artigo 10, da Medida Provisória nº 2.200/2001 em vigor
- 16.19. A invalidade de uma ou mais disposições contratuais não afetará a validade das demais condições. A disposição inválida será substituída, mediante acordo mútuo, por uma disposição que seja adequada para os mesmos fins, considerando-se os interesses de ambas as Partes.

17. ANEXOS

- 17.1. Orçamentos das empresas GRUPO LIDERANÇA (2872588), INCONFIDÊNCIA (2872591) e BARZ SOLUÇÕES (2872593).
- 17.2. Tabela Comparativa de Custos (2872600).

Este Termo de Referência deve ser assinado pelo Setor Requisitante/Gerência, e assinado pela Autoridade Competente/Presidente como aprovação.

DE ACORDO, AUTORIZA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **JEFFERSON LIMA DO PRADO, Assessor(a)**, em 11/04/2025, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SIRLEI ANA KIELING VALLANDRO, Assessor(a)**, em 11/04/2025, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO ROBERTO CHAVES, Gestor(a) Institucional**, em 04/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NANCI CRISTIANE JOSINA WALTER, Presidente**, em 04/06/2025, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.crea-rs.org.br/validar.html>, informando o código verificador **2754210** e o código CRC **59F7E1BD**.